

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE NEGÓCIOS
FINANCEIROS

Juliana Pereira de Mello

CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA NO BRASIL NO PERÍODO PÓS PLANO
REAL

Porto Alegre

2011

Juliana Pereira de Mello

**CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA NO BRASIL NO PERÍODO PÓS PLANO
REAL**

Projeto para o trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Especialização em Gestão de Negócios Financeiros da Universidade Federal do Rio Grande do sul como requisito para a obtenção do título de em Gestão de Negócios Financeiros.

Orientador: Marcelo Perlin

Tutor Orientador: Janine de Souza Gonçalves

Porto Alegre

2011

Juliana Pereira de Mello

**CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA NO BRASIL NO PERÍODO PÓS PLANO
REAL**

Projeto para o trabalho de Conclusão de Curso, apresentada ao Curso de Especialização em Gestão de Negócios Financeiros da Universidade Federal do Rio Grande do sul como requisito para a obtenção do título de especialista em Gestão de Negócios Financeiros.

Aprovado em de de 2011.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.

Prof

RESUMO

A criação do Plano Real no Brasil em 1994 extinguiu os ganhos que os bancos auferiam como resultado da alta inflação apresentada no período, o que resultou em uma crise no setor Bancário Brasileiro e sua concomitante concentração. Este trabalho analisa o processo de concentração no setor bancário brasileiro no período de 1995/2004 analisam-se os efeitos dessa presença nos níveis de concentração bancária para os agregados: ativos totais, depósitos e patrimônio líquido. Os resultados obtidos para a maioria dos índices corroboraram a teoria e apresentou elevação da concentração no segmento bancário em decorrência da redução do número de firmas no segmento considerado, fruto do estímulo governamental que favoreceu associações, fusões e aquisições no período analisado, inclusive com expressiva participação de capital internacional na indústria bancária.

Palavras-chave:

Concentração, Bancos, Plano Real

SUMMARY

The creation of the Real Plan in Brazil in 1994 wiped out the gains that banks earned as a result of high inflation in the period presented, which resulted in a crisis in the Brazilian banking sector and its concomitant concentration. This paper analyzes the process of concentration in the Brazilian banking sector in the period 1995/2004 to analyze the effects of their presence in the levels of bank concentration for aggregates: total assets, deposits and equity. The results for most indices corroborated the theory and presented an increase in banking concentration due to the reduction in the number of firms in the segment considered, the result of government stimulus that favored associations, mergers and acquisitions in the period analyzed, including significant participation international capital in the banking industry.

Keywords:

Concentration, Banks, Real Plan

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Evolução Temporal do Tipo de controle e Número de Bancos.....	12
Tabela 2 -	Quantitativo de bancos pela estrutura de capital – Brasil – 1995 à 2004...	22
Tabela 3 -	Evolução dos percentuais de participação estrangeira no patrimônio líquido do SFN – Brasil 1998 à 2004.....	23
Tabela 4 -	Participação dos bancos com controle estrangeiro no segmento bancário – Brasil – 1996 à 2004.....	24
Tabela A1 -	Índices de concentração	35

LISTA DE GRÁFICOS

Gráficos 1 - Evolução dos índices de concentração dos ativos totais de 1995 a 2004.....	25
Gráficos 2 - Evolução dos índices de concentração dos depósitos totais de 1995 a 2004	26
Gráficos 3 - Evolução dos índices de concentração dos patrimônio líquidos ativos totais de 1995 a 2004	27
Gráficos 4 - Evolução dos índices de concentração IHH para ativos totais e depósitos entre 1995 a 2004.....	28
Gráficos 5 - Evolução do número de agências bancárias entre 1995 a 2005.....	29

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA: UMA REVISÃO DA TEORIA	9
1.1 TEORIA DA FIRMA BANCÁRIA	9
1.2. O CENÁRIO ECONÔMICO	11
1.3 O PLANO REAL E A REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO	15
1.4 FUSÕES E AQUISIÇÕES	198
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	210
3 ANÁLISE DOS DADOS	22
CONCLUSÕES.....	30
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	333

INTRODUÇÃO

O Setor Bancário Nacional enfrentou grandes transformações com o lançamento do Plano Real em 1994, o novo cenário de estabilização inflacionária culminou no fim dos ganhos auferidos com o *float*, como as operações de over night, fragilizando o sistema bancário e exigindo adoção de medidas para o seu fortalecimento. Além disso, as empresas ficaram passíveis a um ambiente mais competitivo devido à abertura promovida no início dos anos 1990 e tiveram que reestruturar seu planejamento estratégico e modelo de negócios, pois os ganhos nas respectivas atividades foram seriamente reduzidos.

A partir da edição da Resolução 1524, de 21.09.1988 a configuração do Sistema Financeiro Nacional (SFN) sofreu grandes mudanças. A principal transformação permitiu que o sistema anteriormente composto por instituições especializadas fosse constituído por instituições que passaram a oferecer todos os tipos de serviços, os chamados bancos múltiplos. Há estudos que comprovam a expansão do sistema bancário, com aumento no número de instituições em operação no mercado nacional, passando de 124 em 1988 para 242 em 1995.

A implantação do Plano Real, no segundo semestre de 1994, mudou radicalmente o cenário de atuação dos bancos no Brasil, levando o sistema a um processo inverso ao anterior, com tendência à concentração. A redução dos níveis inflacionários e a maior abertura da economia, além de exigir o desenvolvimento de produtos e serviços mais sofisticados, revelaram a ineficiência da atuação dos bancos e a fragilidade de algumas instituições, que não se mostraram aptas a realizar os ajustes necessários à sobrevivência no novo ambiente econômico.

No processo de adaptação à nova realidade macroeconômica, um dos mecanismos utilizados para permitir a continuidade de atuação de muitas instituições foi a transferência do controle acionário, inclusive com a participação de capital externo. Um dos argumentos favoráveis ao ingresso de bancos estrangeiros no Brasil foi que tornariam o mercado mais competitivo, forçando os bancos domésticos a operar de forma mais eficiente e expandir suas atividades.

O problema a ser discutido é o impacto da criação do Plano Real na concentração Bancária no Brasil, pois a qualidade e o bom funcionamento das instituições financeiras são essenciais para o equilíbrio do sistema econômico nacional, já que os bancos são os principais

intermediários financeiros, além de estarem envolvidos no processo de criação de moeda e de controle monetário.

O objetivo geral do estudo é analisar a evolução do processo de concentração no setor bancário brasileiro no período de 1994/2004, com os seguintes objetivos específicos:

- Analisar o processo de fusão e aquisição no período pós Plano Real;
- Verificar a evolução da concentração em relação ao ativo total e aos depósitos totais do segmento;
- Identificar os fatores que afetaram a evolução do setor bancário e

A principal finalidade do setor bancário na economia está na intermediação financeira, mobilizando recursos dos poupadores para financiar as atividades produtivas. As alterações que ocorrem no setor bancário atingem todos os agentes econômicos que, direta ou indiretamente, utilizam-se dos produtos e serviços ofertados pelos bancos.

As transformações na indústria bancária brasileira levaram aos processos de liquidações, fusões e incorporações, tornando-se imprescindível avaliar o grau de concentração, bem como o grau de competitividade desse segmento. A entrada de bancos estrangeiros no Brasil foi defendida em virtude da escassez de capitais nacionais e à maior eficiência e capacidade desses bancos em fortalecer as instituições domésticas, facilitar a capitalização dos bancos em desequilíbrio patrimonial e aumentar a concorrência na indústria bancária nacional.

Assim, procura-se neste trabalho fazer uma análise da estrutura do sistema bancário brasileiro após a implantação do Plano Real.

1 CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA: UMA REVISÃO DA TEORIA

O presente capítulo realiza uma revisão da literatura sobre a teoria da firma bancária. Ele está dividido em quatro tópicos que abordam: (i) as diferentes concepções sobre a firma bancária e o papel dos bancos na economia; (ii) o ambiente econômico e seus reflexos no processo de concentração no setor bancário, (iii) o Plano Real e a reestruturação no sistema financeiro e (iv) os processos de fusões e aquisições e seus determinantes.

1.1 TEORIA DA FIRMA BANCÁRIA

O papel do principal dos Bancos é servir como intermediador financeiro entre os agentes superavitários e os agentes deficitários, os seja é emitir documentos que representam seus débitos, para cedê-los às unidades superavitárias e adquirir títulos primários das deficitárias.

JACOB (2003) relata há vários agentes que podem servir como intermediadores financeiros, como um amigo ou irmão que empresta dinheiro a um primo, por exemplo, mas em uma economia capitalista esse papel geralmente é desempenhado por um Banco em função do seu poder em agregar recursos e ao seu alto nível de especialização, sempre desempenhando sua função com normas e procedimentos já estabelecidos.

Segundo JACOB (2003, p.10.), a visão do função dos Bancos sob um ótica Pós-Keynesiana JACOB (2003, p.10.):

A argumentação básica é de que os bancos operam como firmas que buscam o lucro e gerenciam os seus ativos conjugando liquidez e rentabilidade. Além disso, estas instituições inovam também no gerenciamento de passivos, buscando recursos conforme as suas necessidades. Com isso, há o desenvolvimento de um comportamento que leva à adequação entre ativos e passivos, sendo que o principal objetivo é evitar o descasamento entre a entrada e a saída de recursos, conseqüentemente reduzindo a fragilidade financeira da instituição.

De acordo com a Gurley e Shaw (apud PAULA, 1999, p.323), os bancos, ao criarem moeda, executam a tarefa de intermediar a transferência de recursos (poupança) dos agentes

superavitários para agentes deficitários. Sendo meros intermediários, seu comportamento tem pouca influência na determinação das condições de financiamento da economia.

Eugene Fama destaca o papel neutro da intermediação, sendo a finalidade dos bancos apenas o de prover serviços de pagamento. Em um sistema competitivo, a atividade de gerenciamento de *portfólio* dos bancos está sujeita ao teorema Modigliani-Miller¹, sendo a atividade bancária passiva na determinação de preços e das variáveis reais da economia (PAULA, 1999).

Segundo JACOB (2003) os bancos potencializam os movimentos altistas e baixistas nos ciclos econômicos, no período de euforia os bancos aumentam a oferta de crédito e optando por estratégias mais arriscadas, nos períodos de recessão tendem a buscar elevar a liquidez dos seus ativos e a optar por medida mais conservadora, reduzindo sua exposição ao risco. Tal comportamento ajuda a explicar a parte do comportamento do sistema financeiro nacional pós Plano Real.

Tobin (apud CASTRO, 1981, p. 21-22) caracteriza os bancos com o conceito de uma firma, onde se espera um comportamento racional de um agente maximizador. Assim, o tamanho do balanço dos bancos – o volume de seus ativos e passivos – seriam determinados pelo seu comportamento otimizador, onde, num equilíbrio competitivo, a taxa de juros cobrada aos tomadores equilibra na margem a taxa de juros paga aos seus credores.

Diversos modelos neoclássicos de firma bancária foram desenvolvidos com base na “nova visão”, onde os bancos enfrentam o dilema entre o ativo lucrativo (empréstimos) e um ativo líquido (reservas monetárias), buscando a otimização da utilização de seus recursos. Paula (1999) identifica dois aspectos críticos nesses modelos: (i) tomam o montante de depósitos (passivo bancário) como dado, sendo que, na realidade, este depende das preferências dos depositantes; (ii) “a dicotomia reservas versus empréstimos”, usada em vários modelos, pode ser inadequada, pois a acumulação de reservas depende da taxa de reserva, fixada por lei ou por força do hábito.

Na abordagem pós-keynesiana, os bancos têm preferência pela liquidez devido à incerteza sobre o futuro e são agentes ativos, administrando dinamicamente seus os dois lados do balanço (ativo e passivo). Portanto, procuram influenciar as preferências dos depositantes e, conseqüentemente as condições de financiamento da economia, afetando as variáveis reais da

¹ A visão de Modigliani-Miller postula uma neutralidade entre decisões de investimento e financiamento.

economia. Assim, a firma bancária procura ativamente ajustar seu portfólio em busca das oportunidades de lucro existentes (PAULA, 1999). Paula analisa a dinâmica da firma bancária a partir de um enfoque pós-keynesiano, que denomina de “uma abordagem não convencional”, no qual:

(...) bancos não são agentes neutros na intermediação de recursos reais na economia e tampouco conformam seu balanço como resultado das decisões tomadas por outros agentes, tal como nos modelos neoclássicos, mas instituições ativas que possuem expectativas e motivações próprias e que, portanto, administram dinamicamente seu balanço (com o gerenciamento bancário ocorrendo ao nível dos dois lados do balanço), a partir de suas expectativas de rentabilidade e risco, em um mundo intrinsecamente incerto. (...) a dinâmica da firma bancária afeta de forma decisiva as condições e volume de financiamento da economia e, conseqüentemente, as decisões de gasto dos agentes, assim como os resultados da política monetária. Em outras palavras, na dinâmica monetária-financeira de uma economia monetária da produção, “bancos importam!” (banks matter!)

1.2. O CENÁRIO ECONÔMICO

O mercado brasileiro na década de 90 foi marcado por diversos casos de alianças estratégicas, fusões e aquisições, em principal nos setores bancário, de telecomunicações, aéreo, siderúrgico e de alimentos, envolvendo empresas de diversos portes e países. De acordo com Tanure e Cançado (apud Goldner e Araujo, 2005) essas operações ocorreram principalmente em função da redução das barreiras de entrada ao capital estrangeiro e da inserção do Brasil no mercado Global.

A inserção do Brasil nesse novo cenário econômico resultou em profundos efeitos na estrutura da economia interna: a configuração interna de preços relativos de bens e serviços fica mais próxima da configuração existente no mundo e por essa passa a ser influenciada. No que se refere à alocação de recursos, as flutuações macroeconômicas internacionais transmitem-se mais rapidamente à economia interna. A política econômica fica condicionada às regras universalmente aceitas, o que reduz drasticamente o grau de arbítrio do governo na sua ação fiscal, monetária e cambial, e há uma tendência à uniformização da legislação econômica dos países, induzida pela necessidade de gerar um ambiente competitivo com o resto do mundo.

Apesar do cenário desfavorável, devem ser destacados os pontos positivos da época: estabilidade econômica no Brasil, controle inflacionário e o retorno da liquidez internacional na América Latina, fatores que possibilitaram a criação de um plano de estabilização de sucesso no Brasil. O Plano Real resultaria no fim de quase três décadas de inflação elevada e na substituição da antiga moeda pelo Real, porém o novo cenário mostrou a fragilidade das instituições financeiras.

A partir daí, a inflação foi dominada sem congelamentos de preços, confisco de depósitos bancários ou outros artificialismos da heterodoxia econômica. Em consequência do fim da inflação, a economia brasileira voltou a crescer rapidamente, obrigando o Ministério da Fazenda a optar por uma política de restrição à expansão da moeda e do crédito, de forma a garantir que, na etapa seguinte, o Brasil possa registrar taxas de crescimento econômico auto-sustentáveis, viabilizando a retomada do crescimento com distribuição da renda.-²

Neto, Araujo & Ponce (2005) relatam que a entrada de bancos estrangeiros foi incentivada em função da escassez de recursos de capitais nacionais e a maior eficiência desses bancos, o intuito seria fortalecer os bancos domésticos pois facilitaria a capitalização dos bancos com desequilíbrio financeiros e elevariam a concorrência no sistema financeiro nacional. Em um cenário onde os bancos estavam enfraquecidos pela perda de lucros auferidos anteriormente o resultado foi um processo de liquidações, fusões ou incorporações. Segundo Neto, Araujo & Ponce (2005, pg 2):

O novo ambiente de estabilização macroeconômica levou muitos bancos a perderem o ganho propiciado pelas transferências inflacionárias e trouxe instabilidade, exigindo a adoção de medidas para fortalecer a indústria. Dentre outras medidas, as autoridades elevaram o poder de fiscalização do Banco Central para possibilitar uma atuação mais preventiva, aumentaram o poder de intervenção instituindo a responsabilidade das empresas de auditoria contábil em casos de irregularidades, permitiram a volta do capital externo para a indústria brasileira e acabou com as exigências do capital mínimo para implantação de um banco estrangeiro ser o dobro do banco nacional.

Tabela 1: Evolução Temporal do Tipo de Controle e Número de Bancos

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
PN	144	130	119	105	96	93	82	75	78
PF	5	5	5	5	7	10	9	9	8
PE	27	27	22	18	12	7	7	7	6
PCE	38	40	45	58	67	69	70	65	62
PPE	28	29	26	17	12	13	14	11	10
TOTAL	242	231	217	203	194	192	182	167	164

— Fonte: Banco Central do Brasil – COSIF, a distinção entre PF e PE foi feita pelos autores.

Onde: PN = privado nacional, PF = público federal, PE = público estadual, PCE = privado controle estrangeiro (inclui filiais), PPE = privado participação estrangeira.

² I

Fonte: Neto, Araujo & Ponce (2005, pg. 7)

Observando a tabela 1, com a diminuição do número de bancos pode-se concluir que houve a concentração do mercado financeiro nacional uma vez que houve a redução do número total de instituições financeiras, observa-se também que o número de bancos com controle privado nacional e público estadual tiveram uma redução expressiva, enquanto que o número de bancos privados com controle estrangeiro quase que dobrou.

Segundo Santos (1994, p.19), o impulso ao processo de concentração do sistema financeiro “foi dado de forma intencional e deliberada pelo governo, visando uma maior eficiência do sistema bancário”. Para obter esta eficiência, o governo criou estímulos através de incentivos fiscais e creditícios. O ponto de partida foi o Decreto Lei 1.182 de 16.07.1971, que criou a COFIE (Comissão de Fusões e Incorporações de Empresas), com a atribuição de analisar os processos de reavaliação, fusões e incorporações de empresas em atividade no país. O referido decreto estabelecia inúmeros incentivos fiscais e vantagens às empresas incorporadoras, o que acabou estimulando o processo de fusões e incorporações bancárias no país.

Paralelamente, outras resoluções do Conselho Monetário Nacional se caracterizaram por estabelecer barreiras e dificuldades, ameaçando a sobrevivência dos bancos de menor porte. Mendes (apud SANTOS, 1994, p.20) argumenta que:

(...) essas medidas praticamente “proíbiam” a permanência de bancos de pequeno porte no mercado, pois ditavam limites mínimos para o capital integralizado e limite máximo para a captação de depósitos em função do capital das instituições. (...) este elenco de medidas estava, portanto, devidamente amarrado com o propósito de inviabilizar a permanência das pequenas firmas no mercado bancário (...).

A partir da edição da Resolução 1.524, de 21.09.1988, o modelo de intermediação financeira do Brasil mudou novamente. De um sistema financeiro formado por instituições especializadas, passou-se a um modelo em que as instituições poderiam oferecer todos os tipos de serviços, abrindo a possibilidade para criação dos bancos múltiplos (operam com pelo menos duas carteiras, sendo uma delas, obrigatoriamente, comercial ou de investimento), seja por processos de fusão, incorporação, cisão, transformação ou por constituição direta (SILVA JÚNIOR, 2006, p.62).

1.3 O PLANO REAL E A REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO

O Plano Real foi implantado em período que a economia nacional apresentava alguns aspectos desfavoráveis, como o alto índice de liquidez internacional e o alto nível das reservas cambiais, como destaca Baer (apud Camargos, 2002) a abertura econômica iniciada pelo governo anterior e a manutenção da estabilidade das taxas cambiais foram usadas eficientemente no Plano Real, a fim de ajudar a estabilização de preços e pressionar as empresas a se tornarem eficientes.

Ao contrário de outros planos de estabilização, o Plano Real foi implementado de forma gradual e planejada. Camargos (2002) relata que o plano tem duas etapas, a primeira é caracterizada por ajustes fiscais emergenciais de preparação da economia, marcada por um aumento geral de impostos e a criação do Fundo Social de Emergencial, para onde seriam destinados 15% da arrecadação de tributos, a idéia seria sanar o déficit orçamentário que havia se instalado no país. Na segunda fase foi inserido um processo progressivo de indexação, cujo indexador era a Unidade Real de Valor (URV), que estava vinculado ao dólar em condição de igualdade, onde se buscava o alinhamento dos preços relativos na economia através de um único índice.

A política monetária restritiva foi implantada como forma de controlar a estabilização inflacionária, foi criado um limite de curto prazo sobre os empréstimos as exportações e implantado um depósito compulsório sobre as novas captações, além de manter as taxas de juros elevadas para assim frear o consumo.

Após diversos planos econômicos mal sucedidos, o Plano Real obteve êxito no controle da inflação, destruindo a indexação da moeda. Nos primeiros meses, as instituições financeiras perderam, de um lado, o acesso aos ganhos inflacionários decorrentes das receitas de *floating*, mas se beneficiaram de outro lado, com o aumento da demanda por crédito, estimulada pelas políticas ativas de expansão dos empréstimos praticadas pelos bancos (HAJJ, 2005).

Para Puga (1999), as reformas empreendidas na área financeira após o Plano Real, tiveram, principalmente, a finalidade de fortalecer e reestruturar o sistema financeiro nacional. Tais reformas se tornaram essenciais para manter a higidez do sistema, pois até então, não havia um arcabouço institucional preventivo contra os riscos de uma crise financeira.

Em 26 de agosto de 1994, em consonância com o Acordo da Basileia³, o Banco Central editou a Resolução 2.099. Ela dispõe sobre as condições de acesso ao SFN, os valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado (PLA), a instalação de dependências e a obrigatoriedade da manutenção do PLA, em valor compatível com o grau de risco das operações ativas (PLE) das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central (BACEN, 2006).

Porém, frente à deflagração da Crise Mexicana, em dezembro de 1994, e a adoção de uma política monetária e creditícia altamente restritiva, tornou-se inevitável o ajuste nos bancos. Os créditos em atraso e em liquidação cresceram substancialmente. Os problemas se agravaram ainda mais com a liquidação do Banco Econômico, em agosto de 1995 (PUGA, 1999).

Com o agravamento da crise, o governo estabelece um conjunto de medidas voltadas para a reestruturação e o fortalecimento do sistema financeiro, a primeira foi a Medida Provisória 1.179, que: (i) concedeu incentivos fiscais para a incorporação de instituições financeiras, permitindo que a instituição incorporadora passasse a contabilizar como perda os créditos de difícil recuperação da instituição adquirida; (ii) possibilitava que a instituição incorporadora pudesse contabilizar como ágio a diferença entre o valor patrimonial da participação societária comprada e o valor da aquisição, podendo compensar essa diferença nos resultados futuros da instituição e, desse modo, ter benefícios fiscais.

A Medida Provisória (MP) 1.182 ampliou de forma significativa os poderes do Banco Central em relação aos bancos sob regimes especiais (intervenção, liquidação e Regime de Administração Especial Temporária - RAET), permitindo que exija, das instituições com problemas de liquidez, um novo aporte de recursos, a transferência do controle acionário ou a reorganização societária por meio de incorporação, fusão ou cisão. Essa MP, convertida em março de 1997 na Lei 9.447, facultou ao Banco Central desapropriar as ações do controlador de um grupo financeiro e, posteriormente, efetuar sua venda por meio de oferta pública, caso ele não acate suas recomendações. Também estendeu ao acionista controlador a responsabilidade solidária com os administradores, no caso de problemas com a instituição.

³ Os Princípios Essenciais da Basileia compreendem 25 Princípios básicos, indispensáveis para um sistema de supervisão realmente eficaz. Os Princípios referem-se a: (a) Precondições para uma supervisão bancária eficaz; (b) Autorizações e estrutura; (c) Regulamentos e requisitos prudenciais; (d) Métodos de supervisão bancária contínua; (e) Requisitos de informação; (f) Poderes formais dos supervisores; (g) Atividades bancárias internacionais (BACEN, 2006).

Em 06 de novembro de 1995, a Resolução 2.208 instituiu o PROER (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional), com o propósito de assegurar a liquidez e a solvência do sistema. O PROER contempla a criação de uma linha especial de assistência financeira destinada a financiar reorganizações administrativas, operacionais e societárias de instituições financeiras que resultem na transferência de controle ou na modificação de objeto social para finalidades não-privativas de instituições financeiras. Além disso, segundo Puga (1999), as instituições participantes desse programa podem diferir, em até dez semestres, os gastos com a reestruturação, reorganização ou modernização, além de ficar temporariamente liberadas do atendimento dos limites operacionais referentes ao Acordo da Basileia.

Através da Resolução 2.211, de 20/11/1995, o Banco Central aprovou o estatuto e regulamentou o Fundo Garantidor de Crédito (FGC), com o objetivo de administrar mecanismos de proteção a titulares de créditos contra as instituições financeiras, reforçando a confiança dos poupadores. Estabelece uma garantia de até R\$ 20 mil por titular para os depósitos e aplicações, nos casos de decretação de intervenção, liquidação extrajudicial, falência ou reconhecimento pelo Banco Central de estado de insolvência da instituição financeira (HAJJ, 2005).

Também, em 20 de novembro de 1995, a Resolução 2.212 dificultou a constituição de novas instituições financeiras e criou incentivos para a fusão, incorporação e transferência de controle acionário. Essa norma estabeleceu um limite inicial maior de capital para a constituição de novos bancos. Porém, os casos de fusão, incorporação ou transferência de controle acionário ficaram isentos dessa nova exigência. Além disso, de acordo com Puga (1999), passou a ser exigido que os controladores comprovassem ter uma situação econômica compatível com o empreendimento e correspondente a no mínimo 220% do maior dos seguintes parâmetros: valor patrimonial contábil; capital mínimo para a instituição, previsto na regulamentação vigente; e preço de aquisição.

Em agosto de 1996, teve início o PROES - Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária, através da Medida Provisória 1.514, com a finalidade de sanear o sistema financeiro público estadual através da privatização ou da transformação em agências de fomento e, até mesmo, a liquidação dos bancos estaduais, reduzindo a participação do Estado na atividade bancária (HAJJ, 2005).

Em 1997, foi modificada novamente a exigência de capital mínimo das instituições financeiras, elevado de 8% para 10% dos ativos ponderados pelo risco, por meio da Resolução 2.399. Essa resolução também elevou para 16% a provisão sobre o valor exposto ao risco nas operações de *swap*.

A Circular 2.784 elevou o limite de capital mínimo para 11%, mas permitiu que as instituições se adequassem até o final de 1998. Segundo Puga (1999), a provisão para as operações de *swap* subiu para 20%, com prazo de adequação em fevereiro de 1998.

A Resolução 2.493 abriu a possibilidade de os bancos venderem parte ou toda a carteira de crédito; abrangendo, inclusive, os créditos em atraso e em liquidação, a sociedades anônimas de objeto exclusivo, a partir de então denominadas Companhias Securitizadoras de Créditos Financeiros (CSCF). As CSCFs podem comprar os créditos das instituições financeiras e securitizá-los, ou seja, transformá-los em títulos negociáveis. Com isso, ficou facilitada a recuperação do capital emprestado ou, pelo menos, uma parte, estimulando as instituições financeiras a ampliarem a oferta de crédito. Ao permitir o repasse dos créditos das instituições sob intervenção, a medida também acelerou o processo de saneamento dos bancos.

O estágio atual da organização do SFN é conseqüência da mudança na legislação, do processo de ajuste às condicionantes macroeconômicas após o Plano Real e do alinhamento à tendência mundial, caracterizada por fusões de empresas integrantes de diversos segmentos produtivos das modernas economias. Esse processo de adaptação foi monitorado pelo Banco Central, com a preocupação central de criar condições para maximizar os benefícios de um sistema no qual prevalecesse um menor número de empresas maiores, porém mais eficientes e sólidas. Assim, ao tempo em que se buscou o fortalecimento do sistema financeiro, até então acostumado a um crônico processo inflacionário, viabilizou-se a redução das possibilidades de desequilíbrios estruturais. Em conseqüência, reduziu-se o risco sistêmico ao qual a economia estava exposta, permitindo-se a inserção das instituições financeiras nacionais no mundo globalizado em melhores condições de competitividade.

1.4 FUSÕES E AQUISIÇÕES

Maia (2004) afirma que o processo de fusão e aquisições constitui uma forma das empresas se tornarem mais competitivas no mercado internacional, pois, aumentando o porte da empresa, proporcionam economias de escala, melhores condições para captação de recursos externos e maior rede de agentes no exterior.

Segundo Levine (apud Orsi, 2007) o a maior objetivo na estratégia de fusões e aquisições e sempre agregar valor a empresa, porém há outros aspectos específicos que podem levar a uma empresa a utilizar o processo:

- Desenvolver novos produtos para os mercados atuais e para novos mercados;
- Desenvolver novos mercados ou expandir canais de distribuição para produtos existentes;
- Controlar fornecedores (chamadas de “integração vertical”) ou expandir em direção a linhas de clientes dos produtos (chamadas de “integração à frente”);
- Obter economia de escala como condição para reduzir custos de produção;
- Aumentar o reconhecimento da marca;
- Melhorar habilidades gerenciais;
- Adquirir novas tecnologias, patentes ou capacitação em P&D, ou, ainda,
- Melhorar tecnologia de produção etc.

Suen e Kimura (1997) argumentam que a estratégia de aquisição de uma empresa local é um dos métodos mais utilizados, por o conhecimento de mercado e econômico local constituem fatores que reduzem o risco da empresa compradora. Porém o risco de um choque de cultura as empresas é muito grande. Sob a ótica financeira, em um processo de fusão ocorre o *Strictu Sensu*, quando duas ou mais empresas são combinadas resultando em uma empresa que mantém a identidade de uma delas.

Ainda segundo Suen e Kimura (1997) o processo de fusão é semelhante à estratégia de aquisição, uma importante diferença é que normalmente dos processos de fusão o porte das empresas envolvidas são equivalentes. No caso de fusões internacionais ocorre a transferência de conhecimentos e habilidades entre as empresas, ocasionando um aprendizado mútuo de outras técnicas e conhecimentos importantes.

Segundo Paula (1999), a onda de fusões e aquisições no mundo é, em parte, resultante das recentes mudanças nos sistemas financeiros. Com o aumento da concorrência entre os bancos, as margens líquidas de juros, sendo esta entendida como a diferença entre as receitas bancárias oriundas dos empréstimos e a remuneração dos depósitos, pressionada para baixo, levando-os a buscar redução de seus custos operacionais. Como existem limites à redução dos custos, os bancos não têm outra alternativa, senão tentar aumentar sua base de clientes e seus negócios, de modo a atingir maiores economias de escala e de escopo. Os bancos têm duas opções para aumentar seus negócios: (i) crescimento orgânico, com expansão do volume de negócios; (b) crescer através de F&A, que é a forma mais rápida para expansão.

Segundo Suen e Kimura (1997) a abertura econômica e a liberação de importações no início da década de 90 trouxeram aos brasileiros uma maior variedade de produtos e serviço mais baratos e melhores. O controle da inflação elevou as taxas de consumo, com o incremento de mais 30 milhões de consumidores ao mercado, tornando o mercado brasileiro extremamente atrativo aos olhos dos investidores estrangeiros.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A criação do Plano Real e a estabilidade inflacionária culminaram em uma reestruturação do setor bancário brasileiro, os bancos além de perder os altos ganhos proporcionados pela inflação tiveram que se adequar ao perfil dos novos concorrentes, os bancos estrangeiros.

A expectativa das autoridades monetárias era de que os bancos estrangeiros fossem mais propensos a realizar operações de crédito do que as instituições nacionais, pois teriam acúmulo de experiência, além de técnicas e produtos mais modernos nessa área de atuação em seus países de origem.

A hipótese a ser analisada é o impacto do Plano Real no processo de concentração bancária no Brasil. O estudo deverá verificar a evolução da concentração em relação ao ativo total e aos depósitos totais do segmento bancário.

Após uma revisão crítica da literatura sobre a evolução histórica do setor bancário e teoria das firmas bancárias, será realizado um levantamento para coleta de dados estatísticos referentes às informações cadastrais e contábeis dos 50 maiores bancos, do período de dezembro/1994 a dezembro/2004.

A coleta dos dados e informações será realizada através do sítio do Banco Central na Internet referente às informações cadastrais e contábeis dos 50 maiores bancos, classificados segundo a metodologia do Banco Central, apurados semestralmente, do período de dezembro/1995 a dezembro/2004, também serão coletadas nesse sítio informações relativas aos processos de F&A.

Para a análise será considerado a parcela do mercado de cada banco apurada através de três variáveis: ativos totais, depósitos e patrimônio líquido, a partir de tais dados será possível apurar o impacto da concentração bancária através do tamanho dos bancos (ativos) e capacidade de obtenção de recursos (depósitos) que serão direcionados para empréstimos (operações de crédito).

Para investigar a evolução desses três agregados, serão consideradas as mensurações de concentração bancária k (CR_k) e o Índice de Herfindahl-Hirschman (IHH). O objetivo é avaliar o

grau de concentração segmento bancário, considerando os cinquenta maiores bancos, no período compreendido de dezembro de 1995 à dezembro de 2004.

$$\text{A razão de concentração bancária } k \text{ é: } CR_k = \sum_{i=1}^k S_i$$

A CR_k considera os k maiores empresas e despreza todas as $n-k$ menores do segmento analisado. O intervalo dessa razão fica entre zero e um, aproximando-se de zero para um número expressivo de pequenas empresas (concorrência perfeita) e tendendo a um quando a estrutura da indústria for altamente concentrada (monopólio). Portanto, quando maior o valor desse índice, maior o poder de mercado das k maiores empresas.

Embora essa medida seja a mais comumente utilizada na literatura, há polêmica quanto a sua utilização. Trata-se de uma medida discreta e não se leva em consideração todas as firmas do mercado. No caso do $CR3$ e $CR8$, apenas as três ou oito maiores firmas são consideradas. Hart (1974) considera esse fato positivo, uma vez que fará com que o índice seja menos afetado por mudanças no número de empresas, pois se muitas pequenas firmas entram e saem da economia, e desde que estas firmas não representem nenhum efeito ao processo competitivo, então CR será uma medida preferível (HART apud SANTOS, 1994).

Outra medida de concentração a ser utilizada é o Índice de Herfindahl-Hirschman (IHH), que utiliza todas as n empresas do mercado e adota a seguinte forma:

$$IHH = \sum_{i=1}^n S_i^2$$

O IHH se diferencia da Razão de Concentração, pois incorpora todas as firmas, tanto grandes quanto pequenas, de forma diferenciada, atribuindo peso maior às empresas relativamente maiores. O intervalo desse índice fica entre $1/n$ e 1, aproximando-se de $1/n$ quando as parcelas de mercado são iguais (concorrência perfeita) e tendendo para um no caso da estrutura de mercado ser o monopólio.

Assim, os índices apurados, acrescidos do conjunto de informações coletadas, traduzir-se-ão em subsídios para obter uma visão global do impacto da criação do Plano Real na concentração bancária nacional.

3 ANÁLISE DOS DADOS

A implantação do Plano Real teve impactos significativos no processo de concentração e consolidação do Sistema Financeiro Nacional, as estratégias de fusões e aquisições foram fundamentais nesse cenário através dos processos de privatização dos bancos públicos e aquisição do controle acionário de bancos que estavam enfrentando dificuldades devido às novas condições do mercado.

A Tabela 3 evidencia a evolução quantitativa dos bancos segmentados de acordo com a estrutura de capital, podendo-se observar a expressiva redução do número de bancos públicos, de 32 em 1995 para apenas 14 em 2004, em decorrência principalmente do processo de privatizações.

Tabela 2 - Quantitativo de bancos pela estrutura de capital – Brasil – 1995 a 2004

BANCOS (1)	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Públicos (2)	32	32	27	22	19	17	15	15	15	14
Privados Nacionais	144	131	118	105	95	91	81	76	78	82
Privados nacionais com Particip. Estrangeira (3)	28	26	23	18	15	14	14	11	10	10
Privados com controle estrangeiro (4)	38	41	49	59	65	70	72	65	62	58
Total	242	230	217	204	194	192	182	167	165	164

Fonte: BACEN/COSIF

(1) Inclui bancos múltiplos, bancos comerciais e caixa econômica.

(2) Inclui caixas econômicas (estaduais, em funcionamento até Jan/1999, e a Caixa Econômica Federal).

(3) Inclui bancos que detêm participação estrangeira.

(4) Bancos múltiplos e comerciais com controle estrangeiro e filiais de bancos estrangeiros.

No setor privado, observa-se que o número de bancos nacionais também reduziu drasticamente, enquanto o número de bancos com controle estrangeiro se elevou chegando a 72 em 2001, ou seja, aproximadamente 39% dos bancos do sistema financeiro. Os movimentos de F&A foram intensos nesse período, principalmente com a participação do capital estrangeiro.

Em 2002, o número de bancos estrangeiros começa a apresentar tendência de queda. A redução do número de bancos com capital estrangeiro em 2003 pode ser explicada, segundo o BACEN (2006, p.1), como uma “mera reestruturação alocativa inerente a mudanças de estratégias”, ou seja, não houve evasão maciça de capitais. Parte do capital estrangeiro que controlava instituições financeiras no país ou foi convertida em participações minoritárias em instituições nacionais que as compraram, como o *Banco Bilbao Vizcaya Argentaria*, comprado

pelo *Banco Bradesco*, ou vendida a outras instituições estrangeiras, como o *Sudameris*, adquirido pelo *ABN Amro* e do *Lloyds*, vendido ao *HSBC*.

Em 2004, os bancos com controle estrangeiro (sem considerar as filiais de bancos estrangeiros) decresceram de 62 para 58 em virtude de transferências de controle acionário ou de sua transformação em instituições não financeiras.

Para Gotardo (2007), já não há tantas instituições para serem adquiridas no mercado brasileiro e “com a consolidação global, as oportunidades de aquisições podem surgir em subsidiárias locais de grupos que se unem internacionalmente”. Na negociação global dos ativos do banco holandês *ABN Amro*, caso a operação no Brasil seja vendida separadamente, se despertaria a atenção de muitos bancos, tanto nacionais como estrangeiros.

Muitos estudos têm analisado a expansão dos maiores bancos estrangeiros. Paula (2006) destaca que uma das características comuns desses bancos na América Latina é que todos são grandes bancos universais que decidiram se expandir para outros países como estratégia de incremento de suas atividades.

A análise de dados da Tabela 3 permite verificar a dinâmica da participação estrangeira no patrimônio líquido do Sistema Financeiro Nacional. Observa-se que a participação estrangeira se elevou no período de 1998 a 2002, de 19,04% para 33,67% do patrimônio líquido do SFN. Sua participação relativa reduziu nos últimos anos, porém continua sendo bastante expressiva, representando aproximadamente 25% do patrimônio líquido do SFN.

Tabela 3 - Evolução dos percentuais de participação estrangeira no patrimônio líquido do SFN - Brasil – 1998 a 2004

Instituição	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Bancos Múltiplos com Controle Estrangeiro	14,7	16,71	19,57	21,3	23,03	19,76	19,98
Bancos Múltiplos com Participação Estrangeira	2,48	2,51	3,54	2,08	6,49	3,24	0,66
Bancos Comerciais com Controle Estrangeiro	0,04	0,09	0,12	0,16	0,26	0,05	0,04
Filiais de Bancos Estrangeiros	1,51	1,77	1,88	2,00	1,44	1,17	0,92
Bancos de Investimento	0,31	0,28	0,30	0,25	2,45	0,01	0,89
Patrimônio Total do Grupo	19,04	21,36	25,41	25,79	33,67	24,23	22,49
Patrimônio do SFN	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: BACEN/COSIF.

Nota: Tomou-se como base o somatório dos resultados da aplicação do percentual de participação estrangeira em cada instituição sobre o seu próprio patrimônio. O somatório de cada segmento foi então dividido pelo patrimônio líquido do SFN.

A Tabela 4 apresenta a evolução da participação dos bancos com controle estrangeiro considerando os agregados: depósitos, ativos e operações de crédito em relação ao total do segmento bancário. Nos três agregados, pode-se identificar que a participação dos bancos estrangeiros é bastante expressiva.

Pode-se observar que a participação dos bancos estrangeiros, em termos de ativos e operações de créditos, teve o seu ápice em 2001, quando, em termos quantitativos o número de bancos com controle estrangeiro chegou a 72. Após 2001, sua participação no mercado financeiro reduziu, porém continua bastante significativa, sendo responsável em 2004 por 25,12% das operações de crédito, 22,43% dos ativos e 19,92% dos depósitos do segmento.

Tabela 4 – Participação dos bancos com controle estrangeiro no segmento bancário - Brasil - 1996 a 2004 (%)

Ano	Depósitos (%)	Ativos (%)	Operações de crédito (%)
1996	7,17	10,51	9,51
1997	7,54	12,82	11,71
1998	15,14	18,38	14,88
1999	16,80	23,19	19,75
2000	21,14	27,41	25,16
2001	20,14	29,86	31,51
2002	19,82	27,38	29,94
2003	17,56	20,73	23,82
2004	19,92	22,43	25,12

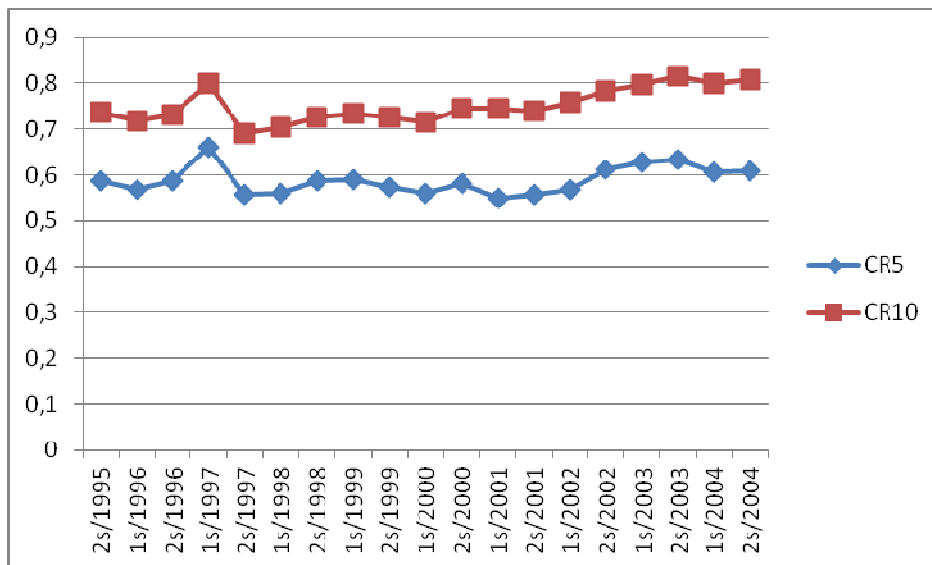
Fonte: Elaborado pela autora. Dados BACEN.

Para investigar a evolução do sistema financeiro em termos de concentração, foram considerados a razão de concentração CR_k e o Índice Herfindahl-Hirschman (IHH) para os agregados Ativo Total, Depósitos Totais e Patrimônio Líquido, a partir dos dados semestrais dos 50 maiores bancos, classificados segundo a metodologia do Banco Central, no período compreendido entre dezembro de 1995 à dezembro de 2004. A Tabela A1, constante dos Anexos, condensa todos os resultados dos índices que serão analisados a seguir.

Gráfico 1 revela a evolução dos índices de concentração em relação ao Ativo Total, observa-se uma tendência a estabilidade na concentração entre os cinco maiores bancos (CR_5) até o primeiro semestre 1997 quando atinge o maior índice de concentração de 0,6602, no segundo semestre do mesmo ano apresenta queda considerável e se mantém estável atingindo o menor índice de concentração no primeiro semestre de 2001 quando os cinco maiores bancos detêm 55,08% do total de ativos considerado, porém, considerando os dez maiores (CR_{10}), o menor

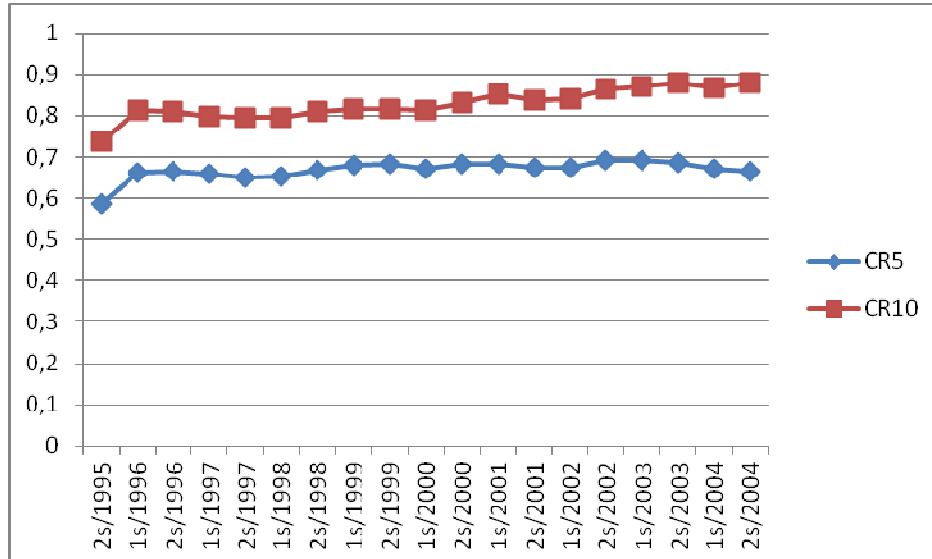
índice de concentração apresenta-se no segundo semestre de 1997 atingindo o índice de 0,6909, depois percebe-se uma elevação do índice concentração chegando ao topo em dezembro de 2003 onde as 10 maiores empresas detêm 81,58% dos ativos do segmento considerado no estudo, e finalizando em 0,8078 em dezembro de 2004.

Gráfico 1 – Evolução dos índices de concentração dos ativos totais de 1995 a 2004



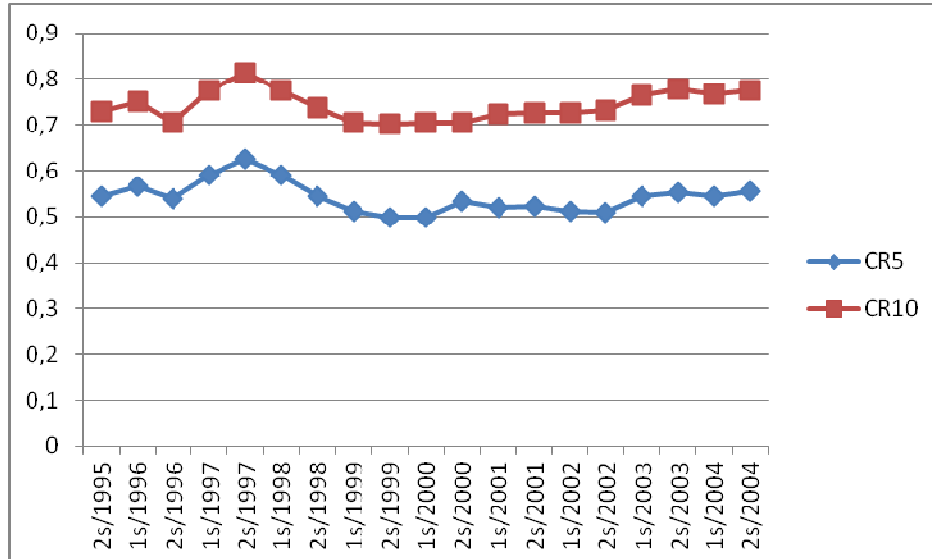
No Gráfico 2 observa-se que a evolução dos índices de concentração em relação aos Depósitos apontando uma redução na concentração entre os cinco maiores bancos (CR₅) em termos desse agregado, em Dezembro de 2005 é apresentado o menor índice de 0,5867 chegando ao índice máximo no primeiro semestre de 2003 quando os cinco maiores (CR₅) bancos detêm 69,31% do total de depósitos considerados. Porém, considerando os dez maiores (CR₁₀), houve uma elevação do índice concentração a exemplo do ocorrido para o agregado Ativo Total, iniciando com o menor percentual em Dezembro de 2005 de 76,64%, chegando ao topo em Dezembro de 2003 com 87,91 e finalizando em Dezembro de 2004 quando os dez maiores (CR₁₀) bancos detêm 87,88% do total de depósitos considerados no estudo.

Gráfico 2 – Evolução dos índices de concentração dos depósitos totais entre 1995 a 2004



Com relação ao Patrimônio Líquido observa-se no Gráfico 3 que, logo após o Plano Real, houve uma elevação de concentração considerando-se os cinco (CR₅) e dez maiores bancos (CR₁₀). Os dois índices mantêm-se crescentes até o segundo semestre de 1997 quando apresentam os maiores índices de 0,6247 e 0,8170 respectivamente, a partir desse período os índices de concentração apresentam queda resultando nos menores índices no segundo semestre de 1999 para os dez maiores bancos (CR₁₀) com o percentual de 70,10% e primeiro semestre de 2000 para os cinco maiores bancos (CR₅) com o percentual de 49,80%, em dezembro de 2000 observa-se gradual elevação na concentração finalizando em dezembro de 2004 a concentração de 55,46% do total do patrimônio líquido para os cinco maiores bancos (CR₅) e 77,41 para os dez maiores bancos (CR₁₀) em relação aos totais de patrimônio líquido considerados no estudo.

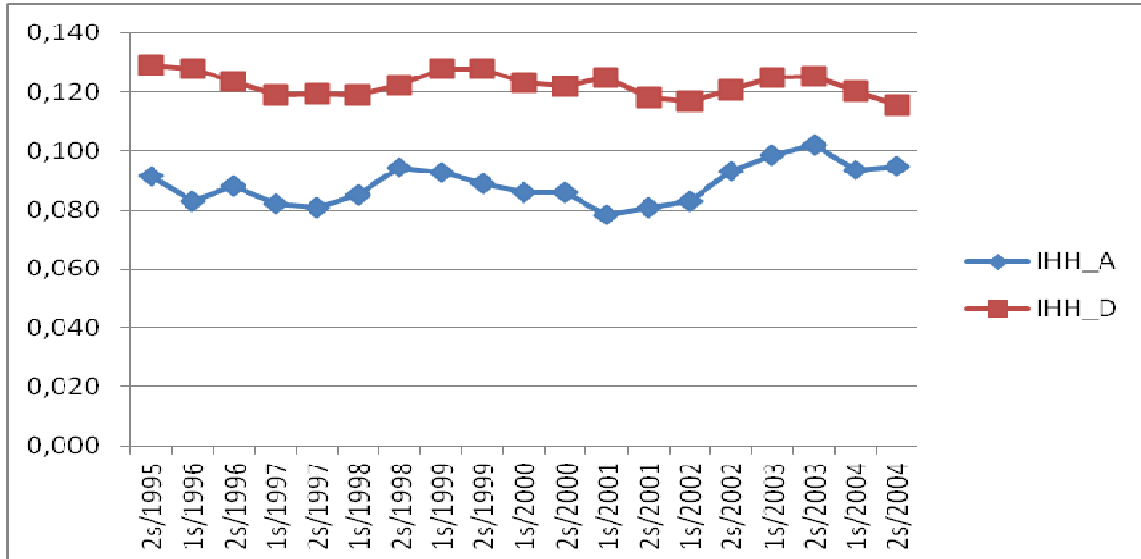
Gráfico 3 – Evolução dos índices de concentração do patrimônio líquido entre 1995 a 2004



Com relação aos índices IHH para ativos totais e depósitos, ao contrário do observado para CR₅ e CR₁₀, os níveis de concentração se mantiveram relativamente estáveis, indicando que as fusões, liquidações e incorporações ocorridas no período analisado não tiveram grande efeito sobre esses agregados. Não foi calculado IHH para o patrimônio líquido devido à ocorrência de alguns casos de valores negativos para esse agregado, que tornariam o índice inconsistente.

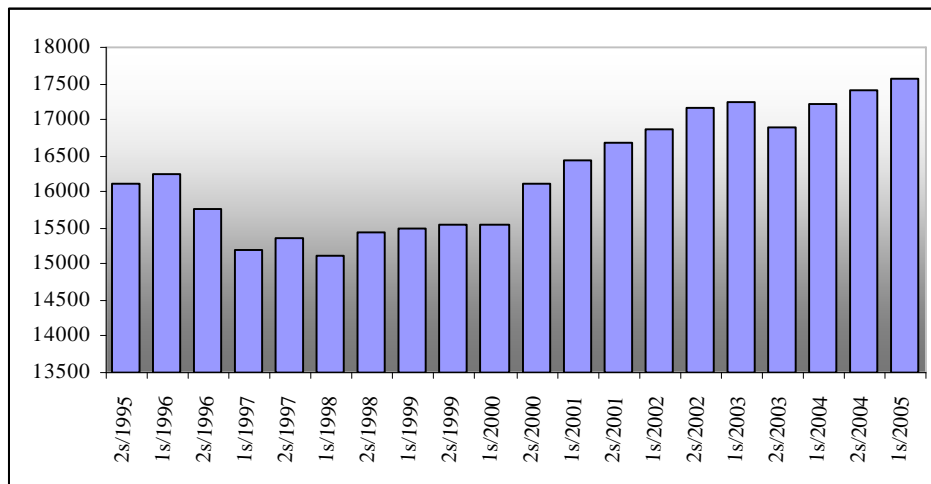
A perda dos ganhos inflacionários decorrentes da estabilização econômica após o Plano Real, levaram os bancos a mudanças estratégicas para se adequarem ao novo cenário. O incentivo aos processos de F&A, como forma de obter economias de escala, possibilitaram a entrada dos bancos estrangeiros, atuando de forma mais agressiva e atraindo os correntistas com produtos e serviços tecnologicamente mais modernos. Observa-se no Gráfico 4 que houve uma ligeira desconcentração nos primeiros anos do Plano Real, podendo ser uma sinalização de maior competitividade no setor decorrente da entrada dos bancos estrangeiros.

Gráfico 4 – Evolução dos índices de concentração IHH para ativos totais e depósitos entre 1995 a 2004



Nesse contexto de adaptação dos bancos à nova conjuntura econômica, muitos bancos passaram por grandes dificuldades, culminando com a liquidação de algumas instituições e com os processos de F&A. O quadro instabilidade pode ter provocado, no período subsequente, uma inflexão nos níveis de concentração dos depósitos, tendo em vista que muitos correntistas migraram seus recursos para bancos considerados mais sólidos. Em seguida, observa-se uma nova inflexão com a redução dos níveis de concentração, que pode ser explicada, tanto pela crescente participação do capital estrangeiro no sistema financeiro, como pela atuação mais agressiva dos bancos de controle privado nacional, que também tiveram expressiva participação nos processos de F&A (Bradesco, Itaú e Unibanco).

O Gráfico 5 evidencia que até o primeiro semestre de 1998 o número de agências bancárias dos 50 maiores bancos (segundo a metodologia do Banco Central) decresceu, acompanhando a redução do número de instituições financeiras. Porém, com a consolidação bancária, observa-se que a partir de 2000, mesmo com a redução do número de bancos no mercado, o número de agências tem se expandido, indicando a busca de maior capilaridade, principalmente dos grandes bancos de varejo, para expansão de seus negócios.

Gráfico 5 – Evolução do número de agências bancárias entre 1995 a 2005

Fonte: BACEN.

CONCLUSÕES

Este trabalho analisou a evolução da concentração bancária no Brasil, relacionando esse processo com a implantação do Plano Real no Brasil. Para isso, utilizou-se o cálculo das razões de concentração (5 e 10 maiores bancos) para os agregados ativos totais, depósitos totais e patrimônio líquido e do Índice Herfindahl-Hirschman para os mesmos agregados, exceto patrimônio líquido.

As razões de concentração demonstraram uma elevação da concentração entre os dez maiores bancos, considerando ativos totais, depósitos totais e patrimônio líquido. Os valores de IHH denotam uma estabilidade da concentração em relação aos depósitos, porém em relação aos ativos, houve uma pequena desconcentração de 1998 a 2001, período de em que a participação estrangeira significativa. Após 2002, com a saída dos bancos estrangeiros há uma tendência a elevação do índice de concentração dos ativos.

Os valores do IHH, tanto para ativos totais como para depósitos totais, no entanto, não são elevados quando comparados com os índices observados internacionalmente. O Departamento de Justiça dos Estados Unidos, por exemplo, considera resultados abaixo de 0,1 como mercados desconcentrados e entre 0,1 e 0,18 como moderadamente concentrados. E, somente acima desse nível como altamente concentrados.

Pode-se concluir que a entrada de bancos estrangeiros, dentro de uma política maior do Estado, cumpriu seu papel, trazendo uma maior competitividade ao setor, contribuindo para a consolidação do sistema financeiro.

A recente onda de F&A nos países desenvolvidos tem levado à constituição de grandes conglomerados financeiros que têm se expandido para outros países, algumas vezes na forma de alianças estratégicas e por aquisição de participações minoritárias de capital. A expansão bancária, via instalação de agências e subsidiárias em outros países, faz parte de uma estratégia para fortalecimento da posição global de muitos conglomerados financeiros.

Dessa forma conclui-se o objetivo principal do estudo foi atingido em parte e revelou as diferenças entre as formas de mensurações: concentração bancária k (CR_k) e o Índice de Herfindahl-Hirschman (IHH).

Ressalta-se a limitação das análises dos índices de concentração, visto que os indicadores não se derivam nem se influenciam, assim para a apuração de dados mais conclusivos recomenda-se o uso de estudos econométricos, pois apartir dos dados apurados seria possível verificar em um modelo de regressão pelo método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), utilizando o programa econométrico Gretl, a relação entre a rentabilidade bancária, o aumento da concentração e a entrada dos bancos estrangeiros na economia brasileira. Assim, os índices apurados, acrescidos do conjunto de informações coletadas, traduzir-se-ão em subsídios para obter uma visão global do impacto do Plano Real na concentração bancária no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADELINO, J; PAULA. L.F. **Eficiência no Setor Bancário Brasileiro: A experiência Recente das fusões e Aquisições**, Artigo publicado pela ANPEC - Área 7 (Microeconomia, Métodos Quantitativos e Finanças), Classificação JEL: C67; G21; G34. Rio de Janeiro. 2005.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **50 Maiores Bancos e o Consolidado do Sistema Financeiro Nacional**. Disponível em: < <http://www4.bcb.gov.br/top50/port/Top50.asp> >. Acesso em: 03 set 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de estabilidade financeira – maio/2004**. Disponível em: < http://www.bcb.gov.br/htms/estabilidade/2004_maio/cap_4.pdf > . Acesso em: 03 set 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de evolução do SFN – maio/2004**. Disponível em: < http://www.bcb.gov.br/htms/estabilidade/2004_maio/cap_1.pdf >. Acesso em: 03 set 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório anual - 2004**. Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/?id=REVSFN&ano=2004>>. Acesso em: 04 set 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Sistema financeiro nacional – 1989 a 2000**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/Deorf/e88-2000/texto.asp?idpai=relsfn19882000>> . Acesso em: 04 set 2011.

CAMARGOS, M.A.; **Reflexões sobre o cenário Econômico Brasileiro na Década de 90**, Artigo publicado pela CEPEAD - Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da FACE-UFMG, XXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção, Curitiba. Out, 2002.

CASTRO, H. O. P. **As causas econômicas da concentração bancária**. Rio de Janeiro: IBMEC, 1981.

GOTARDO, P. **O desafio dos juros mais baixos**. Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, v. 61, n. 6, p. 37-46. jun. 2007.

HAIJ, Z. S. **Evolução e desempenho dos bancos durante o plano real**. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-14062006-115413/>>. Acesso em: 07 abr 2007.

GOLDNER, F; ARAUJO, C.A.G. **Estratégia de Fusão e Aquisição Bancária no Brasil: Evidências Empíricas Sobre o Retorno**, Artigo Publicado no Terceiro Empório FUNCAPE de Produção Científica, 2005.

HAIJ, Z. S. **Evolução e desempenho dos bancos durante o plano real**. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-14062006-115413/>>. Acesso em: 20 set 2011.

JACOB, C.A. **Crédito Bancário no Brasil: Uma Interpretação Heterodoxa**. Tese de Doutorado apresentando no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Dez, 2003.

MAIA, J. de M. **Economia Internacional e Comércio Exterior**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2004. 430 p.

NETO, P.M.J.; ARAÚJO, L.A.A; PONCE, D.A.S. **Competição e Concentração entre os Bancos Brasileiros**. Artigo publicado pela ANPEC - Área 7 (Microeconomia, Métodos Quantitativos e Finanças), Código JEL: D49 e L19. Rio de Janeiro. 2005.

PAULA, L. F. R. de. **Dinâmica da firma bancária: Uma abordagem não-convencional**. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 323-356. jul-set. 1999.

PUGA, F. P. **Sistema financeiro brasileiro: reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/eco90_12.pdf>. Acesso em: 20 set 2011.

ORSI, A. **Aquisição de empresas para incorporação de conhecimento: dimensões de análise e indicadores de resultados**. Disponível em: <<http://www.v2finance.com.br/artigos3/Dimens%C3%B5es%20de%20an%C3%A1lise%20e%20Indicadores%20de%20resultados%20em%20Aquisica.pdf>>. Acesso em 19/03/2011.

ROCHA, F. A. S. **Evolução da concentração bancária no Brasil (1994-2000)**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/NotasTécnicas/Port/2001nt11concentbanpc.pdf>> Acesso em: 28 ago 2011.

SILVA, T. L da; JORGE NETO, P. de M. **Economia de escala e eficiência nos bancos brasileiros após o plano real**. Disponível em: <<http://www.estecon.fea.usp.br/index.php/estecon/article/viewFile/436/147>> Acesso em 28 ago 2011.

SUEN, A.S.; KIMURA, H. **Fusão e aquisição como estratégia de entrada (Entre Mode) no Mercado Brasileiro**. Disponível em:

<http://www.minhacarreira.com.br/financeiro/FUS%20E%20AQUISI%C7%D5ES.pdf>
Acesso em: 25/03/2011.

Tabela A1 - Índices de concentração

Semestre	CR5_A	CR10_A	CR5_D	CR10_D	CR5_P	CR10_P	IHH_A	IHH_D
2s/1995	0,5867	0,7364	0,5867	0,7364	0,5456	0,7303	0,091	0,129
1s/1996	0,5694	0,7174	0,6618	0,8117	0,5670	0,7497	0,083	0,128
2s/1996	0,5867	0,7328	0,6658	0,8098	0,5382	0,7050	0,088	0,124
1s/1997	0,6602	0,7987	0,6602	0,7987	0,5906	0,7759	0,082	0,119
2s/1997	0,5587	0,6909	0,6506	0,7956	0,6247	0,8140	0,081	0,119
1s/1998	0,5598	0,7055	0,6536	0,7938	0,5893	0,7757	0,085	0,119
2s/1998	0,5876	0,7254	0,6668	0,8098	0,5439	0,7376	0,094	0,122
1s/1999	0,5894	0,7335	0,6796	0,8172	0,5123	0,7043	0,093	0,128
2s/1999	0,5754	0,7265	0,6837	0,8158	0,4983	0,7010	0,089	0,128
1s/2000	0,5618	0,7153	0,6720	0,8134	0,4980	0,7043	0,086	0,123
2s/2000	0,5819	0,7459	0,6819	0,8315	0,5340	0,7035	0,086	0,122
1s/2001	0,5508	0,7445	0,6847	0,8522	0,5185	0,7250	0,078	0,125
2s/2001	0,5577	0,7397	0,6736	0,8384	0,5229	0,7277	0,081	0,118
1s/2002	0,5678	0,7587	0,6733	0,8417	0,5119	0,7252	0,083	0,117
2s/2002	0,6135	0,7831	0,6912	0,8631	0,5081	0,7313	0,093	0,121
1s/2003	0,6291	0,7965	0,6931	0,8708	0,5446	0,7655	0,099	0,125
2s/2003	0,6353	0,8158	0,6878	0,8791	0,5534	0,7774	0,102	0,125
1s/2004	0,6072	0,8003	0,6715	0,8685	0,5432	0,7684	0,094	0,120
2s/2004	0,6098	0,8078	0,6647	0,8788	0,5546	0,7741	0,095	0,116

Fonte: Elaborado pela autora. Dados BACEN.